

na categoria de assessora principal do mesmo quadro, no escalão 1, índice 710, nos termos do artigo 29º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ficando exonerada da categoria anterior, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007, data da cessação do cargo de presidente da Comissão Directiva da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (cargo de direcção intermédia de 1º grau).

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

9 de Novembro de 2007. — A Directora do Departamento Financeiro e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*.

Despacho (extracto) n.º 28676/2007

Por despacho de 19 de Novembro de 2007, do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante a emissão da confirmação de cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento:

António Luís Santana e Mário Jorge Pinheiro Simões, técnicos profissionais especialistas, da carreira de desenhador do quadro do Instituto da Conservação da Natureza — promovidos por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, à categoria de técnicos profissionais especialistas principais, da carreira de desenhador do mesmo quadro, ficando posicionados no escalão 5, índice 360, considerando-se exonerados da categoria anterior a partir de 19 de Novembro de 2007, data de aceitação dos novos lugares.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de Novembro de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*.

Despacho (extracto) n.º 28677/2007

Por despacho de 19 de Novembro de 2007, do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante a emissão da confirmação de cabimento pela Direcção-Geral do Orçamento:

António Serafim Monteiro Correia Diamantino e Maria Otilia Proença Urbano, técnicos profissionais principais, da carreira de desenhador do quadro do Instituto da Conservação da Natureza — promovidos por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, à categoria de técnicos profissionais especialistas, da carreira de desenhador do mesmo quadro, ficando posicionados no escalão 4, índice 316, considerando-se exonerados da categoria anterior a partir de 19 de Novembro de 2007, data de aceitação dos novos lugares.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de Novembro de 2007. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*.

Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

Despacho (extracto) n.º 28678/2007

Por despacho de 19 de Novembro de 2007, do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., mediante parecer prévio da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional:

Carlos Alberto Marcelino de Albuquerque, técnico superior de 1ª classe, do quadro do Instituto da Conservação da Natureza — provido, na categoria de assessor do mesmo quadro, escalão 1, índice 610, nos termos do artigo 29º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ficando exonerado da categoria anterior, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007, data da cessação do cargo de presidente da Comissão Directiva do Parque Natural de Sintra Cascais (cargo de direcção intermédia de 1º grau).

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

22 de Novembro de 2007. — A Directora do Departamento Financeiro e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Região de Turismo do Douro Sul

Aviso n.º 25115/2007

Concurso n.º 3/AA/2007 (Assistente Administrativo Especialista da carreira de Assistente Administrativo)

1 — Torna-se público que por despacho do Presidente da Região de Turismo do Douro Sul, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis,

contados a partir da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para o preenchimento de um lugar de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal deste Organismo.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se as disposições contidas nos Dec.ºs-Lei n.ºs. 204/98, de 11 de Julho; 404-A/98, de 18 de Dezembro e 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — o concurso é exclusivamente válido para o lugar acima referido, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a prover consta genericamente do Decreto Regulamentar n.º 20/85 de 1 de Abril.

5 — O local de trabalho situa-se na Sede da Região de Turismo, em Lamego, sendo o vencimento correspondente ao fixado no mapa anexo ao Dec.º-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro e Dec.º-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — são requisitos gerais de admissão ao concurso os constantes do artigo 29º do Dec.º-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho.

6.2 — Requisitos especiais — possuir a categoria de assistente administrativo principal com, pelo menos, três anos de serviço classificados de Bom.

7 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar constará de avaliação curricular conforme previsto no artigo 22º do Dec.º-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.1 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de acta do júri do concurso e que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, nos moldes legais, dirigido ao presidente da Região de Turismo do Douro Sul, podendo ser entregue pessoalmente na secção de pessoal, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido no presente Aviso, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, se expedido até ao termo do prazo fixado.

8.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, estado, profissão e residência);

b) Identificação do concurso a que se candidata, com indicação do número e data do Aviso;

c) Menção dos documentos que acompanham o requerimento;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

8.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Declaração emitida pelo serviço a que pertence o candidato comprovativa da natureza do vínculo função pública, a categoria e a antiguidade na mesma, na carreira e na função pública e da classificação de serviço reportada aos anos relevantes para o efeito;

b) Curriculum vitae (um exemplar).

9 — A publicação das listas de admissão e de classificação final será feita por publicação no *Diário da República*, conforme o artigo 40º do Dec.º-Lei n.º 204/98, de 11/07.

10 — Constituição do júri:

Presidente — Dra. Paula Cristina Fernandes Reis, Técnica Superior de 2ª classe do quadro de pessoal da Região de Turismo do Douro Sul.
Vogais efectivos:

Dr. Carlos Aguiar Marinho e Dr. José Carlos Pinto dos Santos, ambos, vogais da Comissão Executiva da Região de Turismo.

Vogais suplentes:

Dr. João Germano Mourato Leal Pinto e Jorge Guedes Osório Augusto, vogais da Comissão Executiva da Região de Turismo.

O vogal efectivo indicado em primeiro lugar substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

15 de Novembro de 2007 — O Presidente, (*Assinatura ilegível*.)